

ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE RESIDENCIAL: Um Estudo de Caso em um Conjunto Habitacional para População de Média e Baixa Renda em Três Lagoas-MS

Jéssica de Alencar dos Santos

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Thaison Freitas

Graduando em Arquitetura e Urbanismo,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Ana Luiza Fernandes de Souza

Arquiteta e Urbanista – UNIDERP;
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Luiz Paulo Domingo Mendes

Arquiteto e Urbanista – Escola Superior de Tecnologia e Educação de Rio Claro;
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS.

RESUMO

O presente artigo busca refletir sobre a acessibilidade no conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida de Três Lagoas-MS focando nas dificuldades encontradas de acessibilidade para usuários de cadeiras de rodas que se reside naquela região, parte dos mesmos em busca de uma vida melhor, mostrando que não basta ter uma casa é preciso ter os serviços básicos indispensáveis para uma digna vivência humana e que alguns serviços deixam a desejar. Observou-se as possibilidades e limitações do espaço construído, aplicou-se o método do passeio acompanhado (desenvolvido por Dischinger) e, sob a ótica da Ergonomia do ambiente construído, confrontou-se os dados obtidos com critérios para elaboração de projetos para pessoas com deficiência, mais especificamente, para cadeirantes. Através de fundamentação teórica baseada em pesquisas realizadas pelos depoimentos dos moradores, e estudos sobre os conjuntos habitacionais, percebemos a urgente necessidade da atuação de um plano para habitação que realmente possa atender a carência de acessibilidade. Assim, as pessoas que residem nas habitações construídas pelo poder estatal não optaram por essas moradias, simplesmente recorrem a elas por impossibilidade de conseguirem outro lugar para morar.

PALAVRA CHAVE: acessibilidade; habitação; acesso; conforto.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho faremos um breve histórico do conjunto habitacional novo oeste, buscando mostrar como ocorre o dia a dia dos moradores cadeirantes no que se refere à questão da acessibilidade e as classes sociais que são beneficiárias.

Ao projetar uma residência, profissionais da área procuram aliar o conhecimento técnico às necessidades dos usuários, a fim de obter informações que

irão auxiliá-los na elaboração dos ambientes do futuro imóvel. No caso de um conjunto habitacional padronizado, em especial nos projetos para população de média e baixa renda, isso não compõe a realidade, e os usuários ficam sujeitos aos modelos impostos pelo mercado.

Dentre vários fatores importantes a serem analisados, este trabalho trás como conteúdo principal, uma reflexão sobre as condições da população do conjunto novo oeste no que diz respeito à moradia, imóveis, economicamente viáveis para população de média e baixa renda, muitas vezes não contemplam os requisitos mínimos estabelecidos nas normas técnicas, desconsiderando aspectos que envolvem a acessibilidade. Tais imóveis apresentam, por exemplo, ambientes muito reduzidos e sistemas construtivos que impossibilitam a ampliação ou a adaptação dos ambientes às necessidades dos usuários. Assim, nos dedicamos ao estudo de caso sobre acessibilidade tendo como objeto de estudo o programa habitacional mais expressivo vivenciado na atualidade, o programa do governo federal “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV).

2 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é estimular e ampliar empreendimentos voltados para o mercado de pessoas com deficiência e compreensão da acessibilidade (mobilidade urbana) em conjunto habitacional e garantir a toda e qualquer pessoa com necessidade especial ou mobilidade reduzida, de transitar em sua moradia, sem que sejam encontradas barreiras arquitetônicas que impossibilitem o convívio ou transito social em áreas de acesso, circulação ou permanência.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa aqui relatada se desenvolveu a partir da realização de um estudo de caso em uma residência de um conjunto habitacional vertical para população de média e baixa renda, no município de Três Lagoas. Com o intuito de avaliar as condições de acessibilidade nesse ambiente residencial, foram realizadas visitas exploratórias, aplicação do “Método do Passeio Acompanhado” a partir de uma vivência e caracterização da área.

3.1 Visitas Exploratórias

Adotou-se esse método com o intuito de observar e registrar o conjunto habitacional e a residência escolhida para a análise. Nesta fase da pesquisa foram programadas visitas gerais ao conjunto habitacional e visitas nos apartamentos de dois dormitórios. Além disso, houve conversas com a síndica do condomínio, com moradores. O registro do espaço foi realizado através de fotografias e medições técnicas, gerando dados de grande valor para caracterização da área de estudo e para o desenvolvimento da análise técnica.

3.2 Diagnóstico do Procedimento do Passeio Acompanhado (Vivência)

O passeio acompanhado durou aproximadamente 40 min. O trajeto iniciou-se na calçada, que se apresenta um pouco irregular, no entanto não atrapalhou a locomoção. O voluntário conseguiu seguir pelo acesso ao lado da garagem e chegar à porta principal sem a ajuda de terceiros. Depois disso, passou pela sala de estar/jantar, esbarrando em alguns móveis, não teve espaço suficiente para manobrar a cadeira, no entanto não houve área para aproximação à janela. Seguindo até a cozinha foi possível se aproximar da pia, do fogão e do pequeno armário de cozinha, porém a pia estava com altura superior a ideal, que não deve ultrapassar 85 cm, porém o voluntário não tem muito mobiliário e isso não dificultou o acesso a cozinha. Foi quase impossível se aproximar da janela da lavanderia, porém a altura em que ela foi instalada impossibilitou seu manuseio. O voluntário constatou facilidade no acesso e na aproximação tanto da máquina de lavar quanto do tanque. Por se tratar de apartamento, a área de serviço é coberta e todo piso nivelado de todo o apartamento, e não houve área suficiente para manobra da cadeira. Depois, seguiu-se para a parte da residência onde se encontram os dormitórios e o banheiro. No pequeno hall de circulação não houve espaço suficiente para manobra, impossibilitando o acesso aos dormitórios. Seria possível o acesso ao banheiro, no entanto, a porta apresenta largura inferior a 80 cm e seu espaço interno não possibilita área de aproximação ao lavatório, área de transferência à bacia sanitária e ao *box* do chuveiro, nem área de manobra para entrar e sair de frente. Nesta pesquisa, o método do passeio acompanhado foi aplicado a partir de uma vivência, pois o convidado simulou ser um cadeirante. O voluntário foi umas crianças de 7 anos, com peso de 25 Kg e boas condições físicas. A cadeira adotada foi um modelo simples, para pessoas com até 100 Kg. Durante a realização dos trajetos o

voluntário apontou as possibilidades e as limitações referentes ao deslocamento e a realização de tarefas dentro do espaço residencial.

3.4 Caracterização da Área

O objeto de estudo analisado trata-se de um apartamento de dois quartos, localizada em um conjunto habitacional vertical novo oeste para população de média e baixa renda, na Região de Três Lagoas, MS. O condomínio é composto por aproximadamente 1.224 apartamentos (Figura 1), apresentando tipologias de dois quartos, com áreas de 50 m², respectivamente, e garagens individualizadas. O condomínio está cercado por grades e apresenta uma infraestrutura das paredes de concreto, possui portaria, porém sem monitoramento, e alguns equipamentos coletivos, quiosque com churrasqueira, *playground*, entre outros.

Figura 1. Estrutura dos apartamentos presentes no referido condomínio.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O sistema construtivo aplicado nas unidades do condomínio foi o de paredes de concreto, sistema que restringe a possibilidade de alteração dos ambientes por parte dos moradores; ou seja, há restrições ao reformar, mudar ou ampliar espaços internos em virtude de comprometer a estrutura do próprio apartamento ou da unidade vizinha. Não há projetos por parte da construtora que considerem modificações internas, que priorizem a acessibilidade ou outra situação, ficando o morador responsável em contratar um engenheiro ou arquiteto para realizar o projeto e se responsabilizar por possíveis danos na estrutura do conjunto. Esses projetos são submetidos à análise da comissão de obras do município, composta por prefeitura municipal, engenheiros e arquitetos da prefeitura ou particular. A maioria dos moradores não faz essas alterações, pois as mesmas não têm condições de pagar um engenheiro ou arquitetos para essas alterações.

Figura 2. Planta baixa dos apartamentos.



4 RESULTADOS

A análise da residência identificou aspectos positivos e negativos. Inicialmente, como aspectos positivos pode-se considerar que tipologias horizontais apresentam, potencialmente, melhor acessibilidade física se comparadas às tipologias em altura, e nesse aspecto nem todas as unidades são térreas e com isso grande maioria tem dificuldades com as acessibilidades. Também foi possível notar certa possibilidade de adequação dos ambientes da sala, da cozinha e da área de serviço, visto a presença de portas com largura suficiente para passagem da cadeira de rodas, a existência de áreas de manobra e aproximação do mobiliário e equipamentos, e a possibilidade de dispor o mobiliário necessário com distância adequada entre eles.

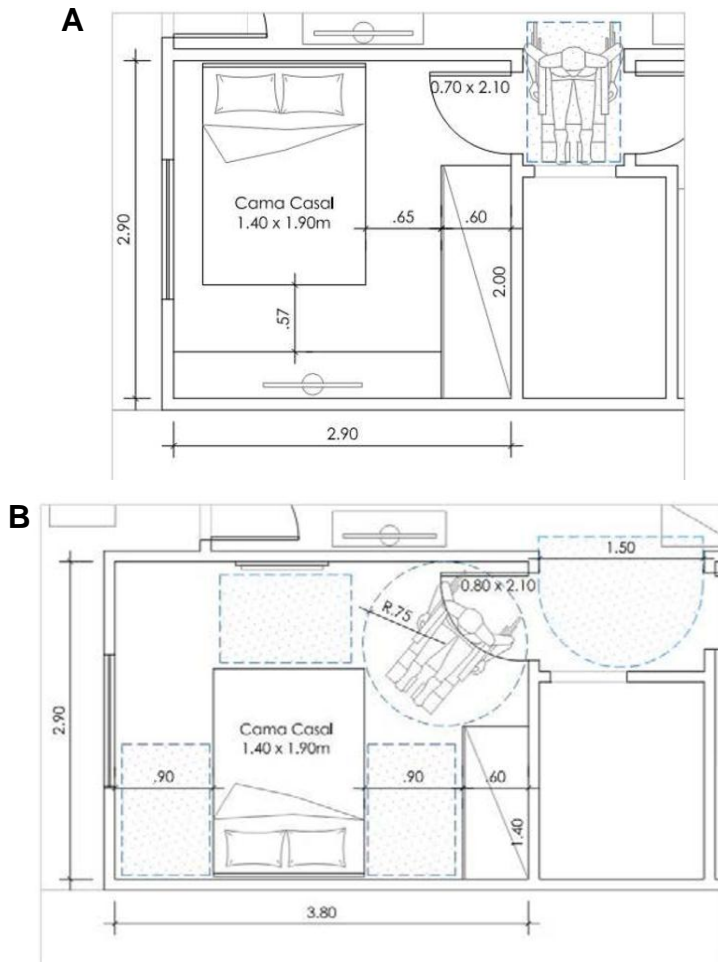
Como aspectos negativos apontam-se alturas inadequadas de instalação de janelas e equipamentos, assim como problemas no banheiro e nos dormitórios. As questões principais são o dimensionamento reduzido desses ambientes seguido pela falta de flexibilidade, proveniente do sistema construtivo aplicado. Verificou-se pela análise da planta baixa que tanto nos dormitórios, quanto no banheiro não haveria espaço suficiente para área de aproximação e/ou transferência ao mobiliário e aos equipamentos, nem tampouco área de manobra para o cadeirante entrar e sair de frente. Observa-se que a residência apresenta certa possibilidade de adequação apenas em alguns ambientes, o que não é suficiente, visto que o cadeirante precisa

ter acesso e áreas suficientes de aproximação, transferência e manobra em todos os ambientes da casa.

4.1. Sugestões Ergonômicas

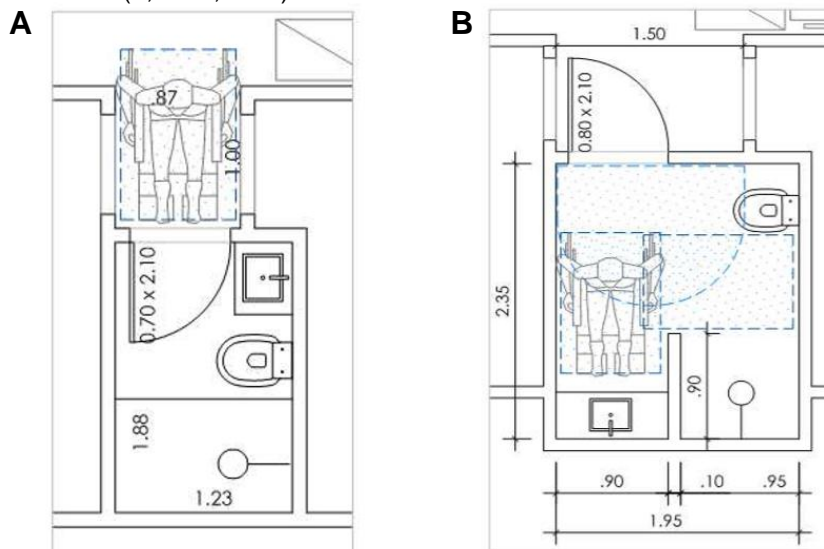
A partir da análise dos resultados e da revisão teórica realizada fica evidente se tratar de um projeto que priorizou o custo e o espaço em detrimento de um projeto acessível. As sugestões a seguir visam propor um ambiente mais favorável e mais adequado às necessidades dos cadeirantes. Um dos aspectos negativos citado na pesquisa foi a altura inadequada de janelas e equipamentos como torneiras e tomadas, uma vez que o voluntário não conseguiu alcançar e manusear esses dispositivos. Desta forma, a Cartilha de Desenho Universal: habitação de interesse social define que janelas, campainhas, interruptores, entre outros itens, devem estar a uma distância de 50 cm na horizontal, para superfícies de trabalho, e alturas compreendidas entre 40 cm e 1,20 m a partir do piso. A área de visibilidade deve estar situada a, no máximo, 60 cm de altura a partir do piso, permitindo alcance visual para pessoa sentada. Quanto à altura de torneiras, a cartilha recomenda que estejam a, no máximo, 85 cm a partir do piso, e distantes até 50 cm da borda da bancada, atentando também para área de aproximação frontal, com espaço livre de 25 cm sob o móvel. Foram constatados também problemas nos dormitórios e no banheiro referentes ao dimensionamento reduzido, falta de flexibilidade, falta de área de aproximação e manobra, visto que o voluntário não conseguiu sequer entrar nesses ambientes. O ideal seria que o projeto contemplasse tais modificações, sem que isso implicasse em problemas estruturais e altos custos. A NBR 9050 (ABNT, 2004, p.70,71 e 84), define a área de circulação mínima em dormitórios e sanitários, desta forma propõe-se, primeiramente, o aumento da área do hall de entrada dos quartos e do banheiro e também o aumento da abertura das portas, que passariam de 70 cm para 80 cm. A segunda modificação implicaria na ampliação das dimensões desses ambientes, o quarto, por exemplo, passaria da metragem de 2,90x2,90 m (Figura 3A) para 2,90x3,80 m (Figura 3B), e o banheiro passaria de 1,23x1,88 m (Figura 4A) para 1,95x2,35 m (Figura 4B). A terceira modificação seria a respeito do *layout*, pois um melhor posicionamento do mobiliário e dos equipamentos garantiria as áreas necessárias para circulação, transferência e manobra do cadeirante dentro do espaço.

Figura 3. Dimensões e layout do quarto de casal. A. Dimensão atual do quarto (2,90x2,90 m). B. Sugestões para adequação do quarto (2,90x3,80 m).



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 4. Dimensões e layout do banheiro de casal. A. Dimensão atual do banheiro (1,23x1,88 m). B. Sugestões para adequação do banheiro (1,95x2,35 m).



Fonte: Elaborado pelos autores.

5 CONCLUSÃO

A produção de espaços verdadeiramente acessíveis inclui algumas ações que devem ser trabalhadas de forma a assegurar funcionalidade, qualidade e conforto, em todos os espaços, especialmente nos ambientes habitacionais. Além dos conhecimentos técnicos, a conscientização profissional e a análise crítica quanto à produção habitacional também se fazem necessárias, uma vez que é crescente o número de pessoas com algum tipo de limitação, incluindo pessoas idosas, obesas, crianças, ou que utilizam bengalas, muletas, entre outros. Os espaços devem ser “inclusivos” de maneira que cidadãos com deficiência ou mobilidade reduzida possam exercer suas atividades da mesma forma como aqueles que não apresentam essas dificuldades. A essência dos princípios do Desenho Universal está no propósito de fornecer acessibilidade integrada a todos, independentemente de habilidades físicas, idade, ou condições socioeconômicas. E nesse viés, arquitetos, designers de interiores e profissionais da área devem estar cientes de seu compromisso social no momento de projetar para população de média e baixa renda, criando espaços acessíveis ou passíveis de adaptações, e que sejam ao mesmo tempo economicamente viáveis para esse público. Por fim, espera-se que a pesquisa aqui relatada contribua com os estudos do campo da acessibilidade em ambientes residenciais, estimulando os profissionais envolvidos na questão da habitação: arquitetos, engenheiros, designers de interiores e empreendedores da construção a pensarem nos espaços planejando-os com vistas à qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. A. S.; BARTHOLOMEI, C. L. B. Acessibilidade de “Cadeirantes” no Espaço de Ensino Público. Revista Eletrônica Tópos, Vol. 05, n.02, p. 21-46, 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2283/2088>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA (ABERGO). O que é ergonomia. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.abergo.org.br/internas.php?pg=o_que_e_ergonomia

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos.

BINS ELY, V. H. M.; ANDRADE, I. F. Edificações Históricas Preservadas: Intervir para torná-las acessíveis. Associação Brasileira de Ergonomia. Revista Eletrônica Ação Ergonômica, Vol. 07, n. 02, 2012. Disponível em: <http://www.abergo.org.br/revista/index.php/ae/issue/view/17>

Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.